

3º ENCONTRO CONEXÃO MULHERES E ECONOMIA - CM&E

RESUMO EXPANDIDO

Área Temática: Economia do Trabalho e da Educação

A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL: O uso de tecnologias digitais de informação e comunicação na oferta de conteúdo financeiro

Emily Eduarda Correia dos Santos¹

Mônica Yukie Kuwahara²

Resumo:

O objetivo do artigo é avaliar os objetivos e atividades inseridas na Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), descrevendo as tecnologias digitais de informação e comunicação que utilizam. Discute-se também o papel que a educação financeira desempenha no desenvolvimento humano, analisando os objetivos dos programas que compõem a ENEF. A estratégia investigativa é composta pela revisão bibliográfica a partir do referencial teórico proporcionado pela Abordagem das Capacitações (AC). Acrescenta-se o levantamento de informações disponíveis no site oficial da ENEF (Vida e Dinheiro), como Relatório Anual, Mapeamento Nacional de Iniciativas de Educação Financeira e Descrição de ações com Selo Enef. Para avaliação crítica das estratégias propostas na ENEF, utiliza a concepção de autonomia relacionada à perspectiva de liberdade de agência presente na AC.

Palavras-chave: educação, educação financeira, tecnologias digitais de informação e comunicação, Estratégia Nacional de Educação Financeira, capacitações, Abordagem das Capacitações.

INTRODUÇÃO

A oferta regular e sistemática de educação financeira para a população nem sempre foi uma preocupação dos programas nacionais de educação. A associação entre a educação financeira e a possibilidade de desenvolvimento econômico e social tampouco é clara. Iniciativas supranacionais como as estabelecidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) contribuíram para que a alfabetização financeira se tornasse um tema de preocupação mundial (OCDE, 2005).

¹ Emily Eduarda Correia dos Santos. Graduanda em Ciências e Humanidades na Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: emily.eduarda@aluno.ufabc.edu.br

² Mônica Yukie Kuwahara. Docente do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFABC. E-mail: monica.kuwahara@ufabc.edu.br.

Diversos fatores influenciaram a elaboração e o direcionamento das ações promovidas por essa Organização, tais como o advento da internet. Criada nos anos 60, esta modificou relações sociais e estratégias de negócios. No que se refere ao setor financeiro, o avanço do setor digital ampliou a oferta de produtos financeiros, atraindo mais pessoas para o mercado de capitais. Paralelamente, o número de ações fraudulentas, que tiram proveito dos indivíduos com menos consciência financeira, também aumentou, demonstrando a necessidade dos cidadãos de serem educados financeiramente. Além desses fatos, o espaço virtual facilitou a integração entre os países, sendo um dos fatores responsáveis pela globalização (BRASIL, 2009; BORTOLAZZO, 2020)

A crescente sofisticação do mercado financeiro, acompanhada da interdependência das nações, fez com que a educação financeira se tornasse uma preocupação mundial, em parte devido à necessidade de ampliar o nível de consciência financeira dos cidadãos para manter o funcionamento da economia global. Para tanto, a OCDE divulgou em 2005 recomendações sobre os princípios e as boas práticas de educação e conscientização financeira. A organização estabeleceu que “a educação financeira deve ser oferecida de forma justa e imparcial” (*Idem*), considerando pré-requisitos e circunstâncias nacionais. Ademais, sua disseminação “deve ser vista como um processo contínuo, permanente e vitalício” (*Idem*).

O Brasil - engajado com a Organização desde 1994 e com pretensão de se tornar país-membro - envolveu-se com o tema, e a partir de 2007, seguindo as recomendações da OCDE, se empenhou em elaborar uma Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Instituída pelo Governo Federal em 2010 e substituída pelo Decreto Nº 10.393, de 9 de junho de 2020, a ENEF tem como objetivo “promover e fomentar a cultura de educação financeira no país” (BRASIL, 2009), atrelada à educação securitária, previdenciária e fiscal (BRASIL, 2020).

Quais seriam as contribuições de uma Estratégia Nacional de Educação Financeira para o desenvolvimento do Brasil? A resposta à pergunta inclui refletir não apenas acerca dos objetivos do programa, mas também sobre a capacidade das ações inspiradas na Estratégia estarem alcançando objetivos de autonomia e independência financeira. Para contribuir ao debate, a pesquisa elege como objetivo geral avaliar os objetivos e atividades inseridas na ENEF, descrevendo as tecnologias digitais de informação e comunicação que utilizam. Procura-se também discutir o papel que a educação financeira desempenha no desenvolvimento humano, analisando os objetivos dos programas a partir da Abordagem das Capacitações.

O objetivo da disseminação da educação financeira, de acordo com a OCDE, é promover a autonomia do indivíduo perante o mercado, ampliando a capacidade dos sujeitos de tomarem decisões acerca da administração de seus recursos. A abordagem das capacitações é uma proposta de

aproximação para análises ligadas à escolha que se propõe uma análise do bem-estar com foco na autonomia do indivíduo (SEN, 2010; COMIN, 2021). Mostra-se convergente às preocupações relacionadas ao potencial emancipador da educação financeira (LUDIS, 2017, 2018) e por esse motivo é adotada como referência teórica para a análise dos programas.

MÉTODO

O procedimento de pesquisa é a revisão bibliográfica, tendo como linha argumentativa central a perspectiva de liberdade de decisão da abordagem das capacitações. Para identificar as atividades pedagógicas mediadas por tecnologias digitais de informação e comunicação que estão inseridas na Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil, buscam-se informações no site oficial da ENEF (Vida e Dinheiro).

Entende-se por “informações” a versão mais atual do Relatório Anual, Mapeamento de Iniciativas de Educação Financeira e Descrição de Ações com Selo ENEF. Todas estas foram/são produzidas e divulgadas por órgãos responsáveis pela Estratégia, em seu site oficial. Ressalta-se, a sistematização destas últimas pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF - BR) - órgão responsável pela execução da ENEF até 2020. Os documentos são analisados avaliando se as premissas do Plano Diretor da Estratégia têm sido cumpridas e quais tecnologias de informação e comunicação são usadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entende-se que a Estratégia Nacional de Educação Financeira do Brasil (ENEF), durante toda a sua trajetória de construção, manteve os mesmos princípios. Estes, por sua vez, influenciados diretamente por recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A ênfase direcionada à instrução de crianças e jovens, em detrimento do público adulto, também se manteve, fato que preocupa a presente pesquisa, visto que a estratégia de longo prazo adotada pela ENEF - posto a escolha do público-alvo - não contempla de forma efetiva aqueles que realmente lidam com o dinheiro no momento presente.

O uso de tecnologias digitais de informação e comunicação também permaneceu durante os anos. Elas possuem um papel expressivo desde o Plano Diretor, e durante a análise do Relatório Anual de 2018 e do 1º e 2º Mapeamento Nacional de Iniciativas de Educação Financeira se mostraram evidentes e necessárias, posto que facilitam a oferta de conteúdo financeiro para o público em geral. Ressalta-se que uma análise mais profunda acerca das mesmas não foi possível pela falta de dados disponíveis. As informações do 1º e 2º Mapeamento divulgadas se referem a todas as iniciativas

mapeadas no país, sem um recorte sobre aquelas que foram/são contempladas com o Selo Enef e, portanto, estão de fato alinhadas com os princípios da Estratégia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a luz da Abordagem das Capacitações, que entende o desenvolvimento humano como a expansão das liberdades individuais e valoriza o papel de agente dos sujeitos, tanto a ENEF quanto as tecnologias digitais se mostraram recursos que favorecem processos de conversão em capacitações, de acordo com as categorias presentes na AC. Apesar do objetivo geral da OCDE sobre o tema - garantir o bom funcionamento da economia global - a definição de educação financeira dada pela mesma organização evidencia a necessidade de aumentar a confiança dos sujeitos e os tornar mais conscientes, aumentando assim a autonomia individual.

Apesar de não considerar a renda o fator mais importante para se mensurar a qualidade de vida dos cidadãos, a AC não desconsidera o papel que esta desempenha em tal feito. Segundo a abordagem, a participação no mercado financeiro poderia ser considerada uma expressão de liberdades substantivas. Nesse sentido, a educação financeira e as tecnologias digitais seriam também parte dos processos de conversão, e deveriam estar combinadas a outros fatores para tornar a educação financeira uma liberdade instrumental. As tecnologias podem ser tanto recursos que potencializam o conhecimento financeiro ou mecanismos que impulsionam os efeitos do ensino financeiro em direção à autonomia de decisão do agente.

REFERÊNCIAS

BORTOLAZZO, Sandro faccin. Das conexões entre cultura digital e educação: pensando a condição digital na sociedade contemporânea. ETD - Educação Temática Digital. Campinas, SP. v.22, n.2, pág. 369-388. Abr./jun. de 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 7, 23 dez. 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 10.393, de 09 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 110, p. 2, 09 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização. Plano Diretor ENEF. Brasília, 2009.

COMIM, Flavio. Além da liberdade: Anotações Críticas do Desenvolvimento como Liberdade de Amartya Sen. Flavio Comim, 21 abril 2021.

LUBIS, Arief Wibisono. Exploring the Importance of Financial Literacy within the Capability Approach Framework. University of Cambridge, United Kingdom, 2018.

LUBIS, Arief Wibisono. The Role of Financial Literacy and Psychological Factors on conversion Efficiency rates: Evidence from Indonesia. University of Cambridge, United Kingdom, 2017.

OCDE. Diretoria Financeira e Empresarial. Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira. Julho 2005.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade - 1.e.d. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

Vida e Dinheiro [internet]. 2010. Disponível em:

https://www.vidaedinheiro.gov.br/es/?doing_wp_cron=1673209956.51523995399475097656